

REFORMA TRIBUTÁRIA

Acordo garante alíquota nacional para cesta básica



Waldemar Rodrigues

Proposta deve ser votada em primeiro turno na quinta-feira, depois do exame das emendas pela CCJ

A fixação de alíquota máxima do ICMS, com abrangência nacional, para os produtos da cesta básica é uma das mudanças acertadas na reforma tributária, em reunião ontem no Senado, com a participação do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Na terça-feira, o relator Romero Jucá apresenta aos líderes partidários o texto definido nessa reunião.

MUDANÇA Da reunião de Palocci com os senadores saíram as linhas gerais do novo texto da reforma tributária a ser apresentado na terça-feira

Página 3

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Sessões no fim de semana aceleram a paralela

Página 4



Célio Azevedo

TRABALHO EXTRA Observado por Jucá e Viana, Sarney conversa com Paim: esforço para garantir proposta paralela este ano

Renan aplaude recuperação de ferrovias

O líder do PMDB, Renan Calheiros, apóia o interesse anunciado pelo ministro Ciro Gomes de reativar o transporte ferroviário. Um dos trechos a serem recuperados liga Recife (PE) a Propriá (SE).

Página 5





DIFICULDADE Heloísa lamenta a situação dos pequenos e médios produtores rurais

Heloísa: crédito rural exclui 90% em Alagoas

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) lamentou ontem, em Plenário, a situação dos pequenos e médios produtores rurais do semi-árido nordestino que não tiveram as dívidas de crédito agrícola de até R\$ 15 mil repactuadas. Eles agora não têm acesso ao crédito para a nova safra. Heloísa lembrou que tentou solucionar o problema com emendas, mas que foi impedida pela "base de bajulação do governo", com sua "arrogância e intolerância".

Segundo Heloísa Helena, 90% dos pequenos e médios produtores de Alagoas ficaram incapacitados de conseguir recursos nas instituições oficiais de crédito.

– Durante quatro anos negociamos com o governo Fernando Henrique a repactuação do saldo devedor. Neste ano o governo não ouviu os apelos. Tentou iludir a opinião pública dizendo que a medida provisória (que tratava do assunto) repactuava a dívida dos pequenos produtores. Mas não é verdade, a grande maioria dos produtores da região do semi-árido do Nordeste ficou de fora da repactuação – declarou.

Agenda

Sessão no fim de semana

O Plenário realiza hoje, às 10h, sessão não deliberativa, ou seja, aquela em que não há votação de matérias. O objetivo é acelerar a votação da proposta de reforma da Previdência paralela (PEC nº 77/03). Os trabalhos dos senadores podem ser acompanhados ao vivo pela Rádio e pela TV Senado. Além disso, a Agência Senado faz a cobertura em tempo real da sessão no site www.senado.gov.br.



Visite o Senado Federal

O programa Visite o Senado é realizado diariamente, inclusive aos sábados, domingos e feriados, e oferece à população a assistência de guias

especializados. Na visita, que dura em torno de 40 minutos, é possível conhecer toda a Casa, inclusive o Plenário. O início do passeio começa no Salão Negro.

Nos dias úteis, os horários são 9h30, 10h30, 11h30, 14h30, 15h30, 16h30; aos sábados, domingos e feriados, às 10h, 11h, 12h, 13h e 14h.

CPI do Banestado vai a Nova York

Três integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado, entre eles o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) – foto –, viajam hoje para Nova York, nos Estados Unidos. Eles vão se encontrar com promotores públicos norte-



americanos para tentar obter novos documentos que comprovem remessas ilegais de bancos brasileiros para os de Nova York, por meio das chamadas contas CC-5. O retorno está previsto para a próxima quinta-feira.

Presidente da Record no Conselho de Comunicação Social

Na segunda-feira, o Conselho de Comunicação Social reúne-se, às 14h, para ouvir o presidente da Rede Record, Dennis Munhoz. A Comissão de Regionalização e Qualidade da programação, que faz parte do conselho, analisa projeto da deputada Jandira Feghali que propõe maior espaço nas emissoras de rádios e TVs para programas regionais e alternativos.



Serviço para atendimento ao cidadão

O serviço A Voz do Cidadão, da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, recebe ligações gratuitas da população de todo o território nacional

pelo telefone 0800 612211, durante 24 horas. A Câmara dos Deputados também oferece o mesmo atendimento, pelo número 0800 619619.

TV discute comunicação

No programa *Cidadania*, exibido hoje, às 19h, os professores Elias Machado, da Universidade Federal da Bahia, e Dione Moura, da Universidade de Brasília, falam sobre as pesquisas em comunicação realizadas no país. O convidado do programa *Leituras*, às 20h, é o professor e escritor Edson Nery da Fonseca.

180 anos do Congresso

Está disponível na Internet portal especial em comemoração aos 180 anos do Legislativo. No site, o leitor pode acessar as versões integrais da edição especial do **Jornal do Senado** e da edição conjunta das publicações do Senado e da Câmara. Momentos marcantes do Congresso também estão registrados.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Juvêncio apóia produção de transgênicos

O senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) defendeu, ontem, a produção de transgênicos no Brasil. Ele afirmou que os depoimentos de cientistas nas audiências realizadas pelas Comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS) atestam que esses produtos não afetam o meio ambiente e nem a saúde.

Juvêncio observou que, hoje, há preocupação do povo brasileiro em entender qual o rumo que se deve tomar – se a favor ou contra os transgênicos. Ele lamentou que, enquanto os ambientalistas sustentam, por meio de veículos de comunicação e em movimentos organizados no mundo inteiro que os transgênicos são nocivos ao meio ambiente e à saúde, os cientistas, por acanhamento, se calam sobre o assunto.

Agronegócio

O senador afirmou que se o Brasil “continuar amarrando as mãos da ciência e dos pesquisadores na área da biotecnologia, perderá a sua oportunidade de desenvolvimento no agronegócio, como já perdeu um momento importante na área da informática”. Ele afirmou que, considerando a demanda por alimentos, “o que há é a biotecnologia”.

Juvêncio lembrou que Estados Unidos, Canadá, Austrália e Argentina dizem sim aos transgênicos, a China já está avançada na biotecnologia e “nós aqui, na nossa visão tupiniquim, dizemos que temos ter cautela com a produção transgênica, porque a pesquisa científica precisa ter cautela”.

O senador manifestou grande esperança no governo, por meio de iniciativas do Ministério do Meio Ambiente.

Ele foi apartado pelos senadores Mão Santa (PMDB-PI) e Augusto Botelho (PDT-RR).



DESENVOLVIMENTO Juvêncio diz que país não pode perder oportunidade no agronegócio

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Jane de Araújo



VANTAGEM Alberto Cascais diz que, com o órgão, Casa assumirá diretamente suas ações

Senado pode ter representação judicial própria

O Senado Federal e a Câmara dos Deputados poderão instituir representação judicial própria, destinada a garantir aos seus respectivos advogados e procuradores a legitimidade necessária para representarem e defenderem em juízo os interesses das duas Casas Legislativas, incluindo reparação de dano moral a parlamentares, controvérsias judiciais com servidores e questões relacionadas a contratos administrativos. Atualmente, compete à Advocacia Geral da União (AGU) propor as ações judiciais referentes ao Senado e à Câmara.

O primeiro passo para o estabelecimento da representação judicial própria foi dado na semana passada, quando o Plenário do Senado aprovou a Proposta de Emenda à Constituição nº 39/01, do senador Ney Suassuna (PMDB-PB). A proposta instituiu apenas a Procuradoria Jurídica do Tribunal de Contas da União (TCU). Cabe ao senador Jefferson Péres (PDT-AM) apresentar emenda estendendo-a ao Senado e à Câmara. A PEC segue agora para exame da Câmara dos Deputados e, se for aprovada, vai à promulgação.

Para Alberto Cascais, advogado-geral do Senado, a representação judicial própria será responsável por aquilo que sempre defendeu ao longo dos últimos anos: a independência do Legislativo em relação ao Executivo. Pela proposta, conforme observou, tanto o Senado quanto a Câmara passarão a assumir as suas ações. Isto é, terão poderes para defender diretamente os parlamentares que, por exemplo, sejam ofendidos, sem depender da atuação dos advogados da União, como ocorre atualmente.

Cascais informou ainda que a representação judicial também terá reflexos positivos nos andamentos dos trabalhos e na economia processual.

José Jorge critica nova avaliação de cursos

O senador José Jorge (PFL-PE) se manifestou preocupado com o novo sistema de avaliação de cursos superiores anunciado esta semana, em audiência pública no Senado, pelo ministro da Educação, Cristovam Buarque, para substituir o Exame Nacional de Cursos, conhecido como Provão. Segundo o senador, o Índice de Desenvolvimento do Ensino Superior (Ides), apresentado pelo ministro, vai burocratizar a avaliação e dificultar o entendi-

mento da população sobre o desempenho das universidades.

– Fico preocupado com o novo sistema, porque acho que, para avaliarmos, temos que montar um modelo que tenha como parâmetro principal a simplicidade. A avaliação tem que ser entendida por todos e não apenas pelos técnicos – disse José Jorge.

Apesar de concordar com a análise do ministério de que o Provão era uma avaliação muito simplificada, o parlamentar afirma que

introduzir mais três variáveis encerra a proposta do Provão. No Índice de Desenvolvimento do Ensino Superior, além do ensino, serão avaliadas a aprendizagem, a capacidade institucional e a responsabilidade da universidade com a comunidade.

– O Provão deveria ser melhorado, mas, na prática, ele vai acabar. A nova avaliação não deveria ser tão burocrática. Deveria acrescentar apenas uma variável e não três – salientou.



RESTRIÇÃO Para José Jorge, sistema proposto é de difícil entendimento pelo povo

Reforma deve estabelecer alíquota máxima para ICMS da cesta básica

Mudança tributária pode ser votada em primeiro turno pelo Plenário nesta quinta-feira

A reforma tributária deve estabelecer uma alíquota máxima nacional do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos produtos da cesta básica. Essa é a principal inovação do novo texto do relatório sobre a reforma tributária que o senador Romero Jucá (PMDB-RR) apresentará nesta terça-feira aos líderes partidários. O texto foi definido em reuniões com os líderes do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), e do PMDB, Renan Calheiros (AL), com representantes do PSDB e do PFL, Tasso Jereissati (CE) e Rodolpho Tourinho (BA), e com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Na quarta-feira, as emendas de Plenário deverão ser exami-



PREVISÃO Romero Jucá vai apresentar aos líderes, nesta terça-feira, texto do relatório. Na quarta, Comissão de Justiça examina emendas

nadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e na quinta a proposta (PEC nº 74/03) poderá ser votada em primeiro turno pelo Senado. Uma parte da reforma deve ser promulgada ainda em dezembro, para vigorar já em 2004: prorrogação por quatro anos da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF); Desvinculação

de Receitas da União (DRU); destinação de parte da Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para estados e municípios; desoneração das exportações e da folha de pagamento das empresas; e implantação do chamado Supersimples – pagamento de impostos simplificados por pequenas e microempresas.

Demostenes propõe escola em tempo integral para combater a criminalidade

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) anunciou que apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC) instituindo a obrigatoriedade da escola em tempo integral e estabelecendo prazo de sete anos para a sua implementação plena. O parlamentar argumenta que a medida tem um caráter eminentemente preventivo da criminalidade, “com a afirmação de uma verdadeira pedagogia de segurança”.

Ao rebater as críticas de que essa ampliação do ensino possui custos tão elevados que o país não teria condições de financiá-lo, Demostenes lembrou que, conforme o ministro da Educação, Cristovam Buarque, para que a meta atual de implantação do sistema pudesse ser antecipada, seria preciso R\$ 1 bilhão adicional por ano ao orçamento da educação. Essa quantia, segundo o senador, não representa um custo

alto para implemenar a medida por ele proposta.

– Não se trata de erguer as superestruturas do passado, mas de aproveitar a capacidade instalada da rede e seguir a orientação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e concentrar a implantação do sistema em bases municipais – defendeu, lembrando que o ministro da Educação já advogou essa idéia no Senado.

Em aparte, Eurípedes Ca-



VIABILIDADE Demostenes afirma que adoção da medida não implica alto custo

margo (PT-DF) afirmou que o governo Luiz Inácio Lula da Silva está construindo as bases para alavancar a educação.

PREVIDÊNCIA

Entendimento assegura a realização de sessões no fim de semana, para contagem de prazos regimentais. Medida acelera exame da proposta paralela, que começa a ser discutida na quarta-feira

Sessões no fim de semana aceleram PEC paralela

Na presidência da sessão de ontem, o vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), convocou os senadores para sessões a serem realizadas hoje e amanhã, a partir das 10h. Segundo Paim, as sessões, não deliberativas, servirão para contagem de prazos regimentais e, na prática, acelerarão a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 77/03, a chamada PEC paralela da reforma da Previdência.

O secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, informou que, de acordo com o Regimento Interno, a PEC nº 77/03 só pode entrar em pauta depois de transcorrido o prazo de cinco sessões após a publicação do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), no *Diário do Senado Federal* de quinta-feira. Com as sessões do fim de semana, a PEC paralela poderá começar a ser discutida em Plenário, em

primeiro turno, na próxima quarta-feira.

Reunião de líderes na próxima semana decidirá se será necessária a convocação de novas sessões no próximo fim de semana (13 e 14). Nesse caso, as sessões seriam deliberativas, já que a PEC paralela estaria em discussão em Plenário. Havendo o acordo, a votação em primeiro turno da proposta, caso não sejam apresentadas emendas, poderá ocorrer no domingo.



ALERTA Efraim constatou desinteresse, entre deputados, na votação da proposta

Mudanças cairão no esquecimento, prevê Efraim

O senador Efraim Morais (PFL-PB) previu ontem que a chamada PEC paralela da reforma da Previdência não será votada na Câmara dos Deputados, porque o governo não teria interesse em sua aprovação. Segundo o senador, após ser aprovada pelo Senado, “como um pedido de perdão ao trabalhador brasileiro”, a proposta mergulhará no limbo, ao chegar à Câmara.

– Os funcionários públicos estão sendo enganados. Falei com muitos deputados e até com o presidente da Câmara, João Paulo, e constatei o profundo desinteresse nessa votação. Isso sem falar nas declarações desencontradas do governo, com o ministro José Dirceu dizendo que “o pau comeu na Previdência e vai comer nas

universidades” – afirmou.

Na avaliação do senador, a população brasileira deve estar profundamente desencantada com o governo, que, como observou, criou mais de 600 mil desempregados, em vez de gerar os 10 milhões de postos de trabalho prometidos na campanha, e trouxe estagnação econômica, com um aumento do Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de 0,2%, no lugar dos 3% a 4% prometidos no início do ano.

Segundo Efraim, a população votou num operário – o presidente Luiz Inácio Lula da Silva – para que fosse pai dos trabalhadores e ele estaria se revelando um padraço hostil.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou sua esperança de que a PEC paralela possa ser votada na Câmara, em janeiro, obedecendo ao compromisso de todos os partidos políticos nesse sentido.

Também em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) observou não ser verdade que o governo Lula não tenha gerado um único emprego. “Ele criou 25 novos ministérios para os derrotados nas eleições.”

Para Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), depois de cortar direitos dos servidores, o governo prepara um gigantesco aumento da carga tributária que começa com a majoração da alíquota da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e segue adiante com vários dispositivos da reforma tributária. Ele conclamou os senadores a empreender uma cruzada contra aumento de impostos.

Entendimento viabiliza votações, afirma Paim

a Previdência.

Paim também registrou que na sessão de ontem estiveram presentes ao Plenário 45 senadores, “maioria absoluta da composição do Senado, o que permitira inclusive a votação de proposições”.

– Apenas mediante esse grande entendimento e a realização das sessões neste sábado e neste domingo será possível discutir a PEC paralela, para que ela seja votada ainda antes do Natal. Isso é muito positivo. Quem ganha é o Congresso e o povo brasileiro – disse Paulo Paim.



ENTENDIMENTOS Os senadores José Sarney, Tião Viana e Paulo Paim na sessão em que Senado iniciou a discussão em segundo turno da reforma da Previdência. Votação pode ocorrer na terça-feira

Começa segundo turno da emenda principal

O Plenário realizou ontem o primeiro dia de discussão em segundo turno da reforma da Previdência. Nessa fase da votação, a proposta (PEC nº 67/03) não pode mais receber emendas relativas ao mérito, mas apenas de redação. A primeira emenda de redação foi apresentada pelo senador Efraim Morais (PFL-PB). A previsão é que a votação final ocorra na próxima terça-feira, no terceiro dia de discussão.

Durante o exame da matéria, o senador José Jorge (PFL-PE) afirmou que apresentará emenda à PEC nº 77/03, a chamada PEC paralela da reforma da Previdência. O senador quer que o futuro servidor público possa trocar de fundo de aposentado-

ria, caso acredite que o fundo ao qual estiver vinculado não tenha boas perspectivas econômicas.

Contribuição

José Jorge explicou que as duas PECs da reforma da Previdência prevêem o modelo de “contribuição definida” para os futuros funcionários públicos que ganhem salário superior a R\$ 2.400. Isso significa que essas pessoas terão que contribuir com um percentual de seus salários para um fundo de previdência complementar. Mas os funcionários só saberão quanto vão receber no final do plano, quando se aposentarem, de acordo com a lucratividade conseguida pelo fundo complementar. “Esse

modelo traz risco para o aposentado”, alertou.

O senador lembrou que vem colaborando com a votação das reformas, mas lamentou que o governo tenha decidido apresentar por medida provisória (MP) mudança no modelo do setor elétrico.

José Jorge afirmou que conta com o apoio dos senadores Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Heloísa Helena (PT-AL) no pedido para que a matéria seja votada em forma de projeto de lei. O senador Edison Lobão (PFL-MA) se disse solidário à proposta de José Jorge e assinalou que uma providência dessa magnitude não pode ser adotada autoritariamente pelo governo.



ADVERTÊNCIA Nordeste poderá ter racionamento de energia em dois anos, afirma Tourinho

Tourinho pede conclusão de gasoduto

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) defendeu ontem, em Plenário, a conclusão do gasoduto que liga o Sudeste ao Nordeste, com a construção do trecho de 70 quilômetros entre Camamu (ES), e Salvador (BA), sob pena de a região vir a sofrer racionamento de energia no futuro.

– Não estamos falando que o Nordeste pode ter racionamento de energia agora. Estamos falando que pode ter em dois anos – alertou.

Tourinho citou matérias publicadas ontem nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Valor Econômico*. Na primeira, intitulada “Petrobras tenta garantir térmicas do Nordeste”, o diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura, Adriano Pires, afirma que “não há gás para abastecer as térmicas até este ano, nem no próximo nem no outro (2005), porque não dá para levar o gás do Sul para lá por falta de dutos, e a produção no Nordeste vem caindo a cada dia sem novas descobertas naquela região”.

Esforço

Já segundo a notícia publicada no *Valor Econômico*, a crise de energia no Nordeste está exigindo um esforço conjunto do governo, que criou um grupo de trabalho para discutir o assunto, – “como se isso viesse resolver o problema de um gasoduto que já deveria ter sido feito”, comentou o senador.

Para Tourinho, “o problema de energia no Nordeste é estrutural, as térmicas não têm gás para operar”. O Rio São Francisco, do ponto de vista de energia, está completamente tomado e a solução que vier da energia eólica não será suficiente para desenvolver a região.

– A única solução é o gás. Se a ligação não for feita, vamos ter uma séria crise no Nordeste – alertou ele.

Raupp destaca benefícios do Projeto Rio Madeira

O Projeto Rio Madeira, que vai alterar a infra-estrutura de energia e o transporte fluvial na Região Norte, foi apontado pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO) como um dos melhores instrumentos para promover o desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais, conforme determina a Constituição. O projeto, elogiado ontem pelo senador, já está em sua 2ª fase de implantação, com os estudos de viabilidade e de impacto ambiental.

A proposta prevê a implantação de 4.200 quilômetros de hidrovias na América do Sul, o que irá beneficiar todo o setor de agronegócios das regiões Norte e Centro-Oeste, além de facilitar a integração daquela parte do país aos grandes centros nacionais. Também está prevista no projeto a construção de duas usinas hidrelétricas, Santo Antonio e Jirau, com potências de 3.580 e 3.900 megawatts, respectivamente.

– Os benefícios são inúmeros,

especialmente se levarmos em conta as características socioeconômicas da área – afirmou Raupp, lembrando o isolamento e a carência de infra-estrutura dos estados da Região Norte.

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) compartilhou da opinião de Raupp, dizendo que também considera que o projeto, em particular a construção das novas usinas, será um grande passo no desenvolvimento da Amazônia.



POTENCIAL Investimentos vão facilitar integração da Região Norte ao país, observa Raupp

Ferrovias do Nordeste poderão ser recuperadas, anuncia Renan

■ Trechos destruídos serão reativados para normalizar o escoamento da safra, informa o senador

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), informou ontem que recebeu “boas notícias” do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, e do empresário Benjamin Steinbruch, acionista majoritário da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), de que o trecho da malha ferroviária do Nordeste que liga Recife (PE) a Propriá (SE) será recuperado, depois que fortes chuvas interromperam o escoamento da produção por aquela via.

– Ouvi do ministro que o governo federal quer reativar o transporte ferroviário no país, com projetos como a Transnordestina e uma série de outras iniciativas que vão interligar o Nordeste ao Sudeste. Isso é essencial para o escoamento da



ACERTO Renan elogia disposição do governo em revitalizar o transporte ferroviário

produção de açúcar e álcool da região e para garantir ganhos de competitividade – afirmou o senador Renan Calheiros, lembrando que, em entrevista concedida por Ciro Gomes ao jornal *Valor Econômico*, o ministro afirmou que a BNDES Participações S.A. aumentará sua cota acionária na CSN.

Em resposta ao senador Pedro Simon (PMDB-RS), que perguntou se a concessão de

ferrovias não havia alcançado bons resultados, Renan disse que a privatização da malha ferroviária nordestina, atualmente sob concessão da Companhia Ferroviária do Nordeste, não resolveu os problemas do setor, que só agora deve receber novos investimentos privados. Renan afirmou que, desde agosto de 2000, o tráfego entre o Nordeste e o Sul do país está interrompido na altura do município de Palmares (PE), devido às fortes chuvas ocorridas naquele período.

O senador observou que o setor ferroviário é estratégico e que o Brasil já teve quase 40 mil quilômetros de ferrovia – atualmente são cerca de 28 mil quilômetros, dos quais sete mil não levam a lugar algum devido ao seu estado de deterioração. Renan Calheiros lembrou as reportagens que estão sendo veiculadas pelo *Jornal Nacional*, da Rede Globo, mostrando a situação das ferrovias. “Uma história que mistura desperdício de dinheiro, falta de planejamento e um saudosis-

mo profundo”, avaliou ele.

Dívida

Na parte final de seu pronunciamento, Renan afirmou que conversaria com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que estaria ontem no Congresso, sobre a renegociação das dívidas dos pequenos produtores rurais do semi-árido nordestino, cujos empréstimos com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) até agora não foram repactuados.

– A produção do semi-árido foi completamente destruída. Os produtores não tinham recursos para adiantar o valor da renegociação – relatou, acrescentando que agora a expectativa de solução é a melhor possível. O senador reconheceu todo o empenho da senadora Heloísa Helena (PT-AL) em solucionar esse endividamento, que deve entrar no projeto de seguro agrícola que está sendo relatado por Rodolpho Tourinho (PFL-BA). Heloísa Helena protestou mais uma vez em relação ao atraso para a solução do problema.

Mão Santa cobra política de incentivo ao turismo



PROTEÇÃO Mão Santa defende preservação do Parque Nacional da Serra da Capivara (PI)

O senador Mão Santa (PMDB-PI) pediu ontem ao governo federal a criação de uma política destinada a incentivar o turismo no país. Segundo ele, o incremento da atividade turística passa, necessariamente, pela conservação das estradas que, observou, estão em péssimas condições de tráfego, bem como pela reativação de aeroportos e linhas aéreas.

Mão Santa também defendeu a preservação do Parque Nacional da Serra da Capivara, no estado do Piauí, uma das atrações turísticas mais visitadas na região. Disse que a situação dos 545 sítios arqueológicos, que abrigam pinturas rupestres e sinais mostrando a presença humana nas Américas, “é dramática”, e que há risco de animais raros, como o

tatu-canastra, serem extintos.

– O absurdo é que a carne do animal é servida como tira-gosto nos botecos da região – denunciou Mão Santa, ao informar que, apesar de o parque possuir 130 mil hectares de área, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) conta com apenas dois funcionários para fiscalizar a área.



PARALELO João Capiberibe compara situação de Roraima com a de seu estado, o Amapá

Capiberibe: desvios afetam desenvolvimento

O senador João Capiberibe (PSB) afirmou ontem que seu estado, o Amapá, enfrenta problemas de desvios de recursos dos cofres públicos, como ocorre, segundo notícias por ele citadas, com o estado de Roraima. Ele comparou dados entre os dois estados, que foram criados no mesmo momento – pela Constituição de 1988 –, mostrando que as irregularidades afetaram negativamente os índices de desenvolvimento de Roraima e Amapá.

Capiberibe citou pesquisas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) que mostram que Roraima ocupava o 8º lugar, em índices de desenvolvimento, em 1991, tendo caído para o 13º no último levantamento. O Amapá, por sua vez, estava em 13º e foi para o 12º lugar.

– São diferentes as realidades, mas ambas demonstram as dificuldades na questão do orçamento nos dois estados e como essas situações tiveram efeitos negativos em suas estruturas. Roraima vive uma de suas maiores crises éticas por causa da descoberta dos gafanhotos e eu também vivi esse cerco, quando enfrentei as instituições públicas, assembleia legislativa, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e o Ministério Público para tentar impedir que os recursos do estado fossem utilizados para esses poderes – afirmou.

Simon aplaude viagens internacionais de Lula

Cooperação entre Mercosul, Oriente Médio e África pode criar nova força política no mundo, diz senador

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) aplaudiu ontem, em Plenário, as viagens feitas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva à África e ao Oriente Médio, por entender que é possível estabelecer uma cooperação rica entre o Mercosul e essas regiões, delineando uma segunda força política no mundo.

Segundo Simon, o Brasil não tem pretensão imperialista na América do Sul. Ao contrário, afirmou, o objetivo é fortalecer o Mercosul, aliá-lo ao Pacto Andino e formar uma força



OBJETIVO Pedro Simon acredita que Mercosul fortalecido fará bons negócios

continental que possa fazer bons negócios com o Oriente Médio e a África.

Ele lembrou a solidariedade incondicional que o Brasil teve com a Argentina em sua recen-

te crise, conclamando o sistema financeiro internacional a socorrer o governo argentino. Simon destacou, ainda, que Lula fez questão de levar o ex-presidente argentino Eduardo Duhalde com ele, ao Oriente Médio, na qualidade de presidente do Mercosul.

– Numa próxima etapa, Lula deverá visitar a Índia, a China e a Rússia, países de grande porte que poderão se desenvolver, como o Brasil, no século 21 – observou.

Para Simon, o Brasil, com suas terras agricultáveis de grande extensão e suas reservas imensas de água potável, está destinado a ser uma grande potência, assim como a Índia, a China e a Rússia. Portanto, observou, nada mais natural que o Brasil procure sedimentar uma aliança com eles.

Genoíno desqualifica um terço da bancada do PT, acusa Arthur Virgílio

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), criticou ontem os recentes pronunciamentos e as posições assumidas pelo presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), José Genoíno, em relação às denúncias de irregularidades no estado de Roraima e à senadora Heloísa Helena (PT-AL). Para ele, o PT não deveria desqualificar os 30 deputados que pedem o afastamento do governador daquele estado, Flamarion Portela.

– A atitude do presidente do PT em tentar desqualificar o documento em que 30 petistas (um terço da bancada na Câmara), que não são dissidentes e não sei se são radicais, pedem o afastamento, por suspeitarem daquele governo, demonstra intolerância. Genoíno disse



DEFESA Arthur Virgílio rejeita o que considera ofensa de Genoíno a Heloísa Helena

que o governador Flamarion é modelo de gestão, e ele até pode ser para o PT, mas não é para o PSDB – observou o senador Arthur Virgílio. Ele também cobrou do PT maior empenho no aprofundamento das investigações na Prefeitura de Santo André (SP).

Virgílio também criticou o fato de José Genoíno haver se referido à senadora Heloísa Helena como “senatriz”. O senador esclareceu que, ao contrário do que imaginou o presidente petista, a denominação realmente existe e consta no dicionário como feminino de senador.

– Se ele tentou ofender, não conseguiu, porque ela é ótima senadora, com direito à voz, voto e rebeldia.

Em aparte, Heloísa Helena (PT-AL) disse que não gostaria de comentar o assunto por estar muito magoada com os últimos episódios envolvendo seu nome. Ela disse que não tinha se sentido diminuída e que não abriria mão de suas convicções com as denominações a ela dirigidas.



JÚBILIO Ribeiro diz que, entre os 11 padres ordenados hoje em Brasília, um é do Tocantins

Ribeiro registra ordenação de tocantinense

O senador João Ribeiro (PFL-TO) anunciou que hoje, às 10h, o cardeal da arquidiocese de Brasília, dom José Freire Falcão, vai ordenar 11 novos padres, entre eles Rosivaldo Almeida de Souza, que vem da cidade de Colinas, no Tocantins. Ele convidou todos os presentes e a audiência da TV e da Rádio Senado a participarem do evento, que se realiza na Catedral de Brasília.

– O povo do Tocantins está jubiloso por ter esse filho que está se ordenando. Convido a todos para esse ato de fé, importante para o povo brasileiro, que tanto precisa de oração e de Deus no coração – afirmou o senador.

O novo padre, disse João Ribeiro, é filho da vereadora Raimundinha Almeida de Souza, amiga particular do senador, presente à Tribuna de Honra do Plenário, e de Osvaldo Rodrigues de Souza. Para a cerimônia de hoje, João Ribeiro informou que 80 fiéis do estado Tocantins se deslocaram até Brasília para acompanhar o ordenamento de Rosivaldo.

– O fato nos traz grande satisfação e alegria pela fé que depositamos nesses distintos representantes da Igreja Católica, que levarão aos fiéis a palavra de Jesus Cristo. Peço a Deus que ilumine e abençoe a todos, inclusive as famílias dos novos sacerdotes – disse João Ribeiro.



Eurípedes defende PT e garante que decisões são democráticas

Ao comentar o relacionamento entre o Partido dos Trabalhadores e seus parlamentares, o senador Eurípedes Camargo (PT-DF) afirmou que o partido discute internamente os temas, de maneira democrática, e, quando há decisão, só então a questão é fechada. Ele

disse ainda que o PT pauta diretamente a política nacional, tanto no Parlamento quando na imprensa.

– Ainda bem que o partido enseja essa discussão. É um partido vivo, que tem essa inquietação e tem contribuído para a construção da nossa so-

cidade – declarou Eurípedes.

Sobre suposta gafe cometida pelo presidente Lula no Oriente Médio, o senador afirmou que o jornal *O Globo* já reconheceu não tratar-se de gafe. Lula propôs um brinde ao presidente da Síria, e a imprensa noticiou isso como uma gafe,

uma vez que o país é muçulmano e seus habitantes não consomem álcool.

– Hoje *O Globo* se retificou dizendo que não foi gafe, uma vez que o dicionário Aurélio define “brinde” como saudação ao beber algo, seja com álcool ou não.



Fotos: José Cruz

SOLUÇÃO Nilson Naves (E) e Gerson Camata discutem, em entrevista à TV Senado, medidas de combate a organizações criminosas

Camata debate lavagem de dinheiro com ministro

A estratégia de repressão à lavagem de dinheiro, delito que coloca o Brasil entre os 20 países que mais mandam “dinheiro sujo” para o exterior, foi tema de debate, quinta-feira última, na TV Senado, entre o senador Gerson Camata (ES) e o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Nilson Naves.

A análise sobre essa prática criminosa partiu dos resultados do trabalho de uma comissão criada pelo STJ para estudar meios de aperfeiçoar o enquadramento legal desse crime, tendo a iniciativa motivado Camata a apresentar três projetos de lei no Senado.

Dentre as conclusões da comissão que fundamentaram os referidos projetos, está a necessidade de ampliação do rol dos chamados crimes antecedentes, como terrorismo, tráfico de

drogas, seqüestro, sonegação de tributos, fonte dos recursos ilícitos que alimentam a rede de lavagem de dinheiro.

Além de aproveitar essa sugestão em um dos projetos, Camata também propôs que os processos referentes à lavagem tramitem separado dos processos sobre crimes antecedentes, uma forma de agilizar a punição dos acusados e repatriamento do “dinheiro sujo”. O projeto que tipifica as organizações criminosas prevê uma maior flexibilização quanto à pena a ser aplicada ao criminoso, que seria definida livremente pelo juiz.

As proposições de Camata estabelecem a ampliação de cinco para dez anos no prazo para as instituições financeiras e a Receita Federal preservarem os dados sobre correntistas e contribuintes.

Lando alerta para perigo da reforma do Judiciário

O senador Amir Lando (PMDB-RO) alertou para o perigo que pode representar para a estabilidade institucional a reforma do Judiciário. Ele argumentou que essa mudança constitucional deveria ser precedida de uma cuidadosa e aprofundada avaliação das causas que provocam o mau funcionamento daquele Poder.

– Seria extremamente perigoso passarmos a votar uma reforma abrangente, do Judiciário e do Ministério Público, sob a convicção, levemente formada a partir de fatos isolados, de que a magistratura e os promotores, como um todo, são inoperantes, incompetentes, desidiosos, inescrupulosos ou, o que é pior, desonestos – afir-



RESTRIÇÃO Lando afirma que não houve avaliação cuidadosa dos problemas da Justiça

mou o senador.

Para Amir Lando, esse juízo leva alguns segmentos da sociedade a imaginar que a solução dos males está na criação de mecanismo com competência para investigar, afastar, julgar e punir juízes e promotores”.

Serys pede ação urgente contra crime organizado

Senadora defende o programa de proteção a testemunhas e pede rigor contra grupo de extermínio no Rio

A partir de matéria publicada pela revista *IstoÉ* sobre ameaças de morte a juízes encarregados de investigar desmandos que ocorrem na polícia do Rio de Janeiro, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) conclamou o Ministério da Justiça a não permitir que esses fatos continuem acontecendo. Ela defendeu o fortalecimento do programa de proteção às testemunhas, a necessidade de se resguardar as vidas dos juízes e a importância de medidas para o combate à violência.

– Viver neste país está cada vez mais inseguro. O desespero se fortalece quando vemos o envolvimento dos agentes que atuam dentro das forças policiais, agentes que deveriam zelar pela nossa segurança. É uma realidade gritante – afirmou Serys.

Ameaça

A matéria citada pela senadora contém denúncia do preso Fabiano de Oliveira Costa de



VIOLÊNCIA “Viver nesse país está cada vez mais inseguro”, lamenta Serys

que o juiz Lafredo Lisboa, da 3ª Vara Criminal, responsável pelo caso do “propinoduto”, estaria ameaçado de morte por grupos de extermínio ajudados pelos empresários Alexandre Martins e Reinaldo Pitta. Segundo Fabiano, que testemunhou a tortura ao chinês Chan Kim Chang, em agosto, por presos do presídio Ary Franco, esses detentos fariam parte de um dos grupos de extermínio e teriam prometido a cabeça do juiz como presente, caso eles fossem condenados.

– A criminalidade atingiu efetivamente níveis espantosos. E

o grande espanto que se tem é que a estrutura policial se confunde com a estrutura do crime organizado – disse Serys, afirmando que não se pode permitir que fique impune o assassinato do chinês Chan Kim Chang.

A senadora salientou ainda que o Senado não está omissivo diante dessa realidade. Em apartes, manifestaram-se Romeu Tuma (PFL-SP) e Gerson Camata (PMDB-ES).

Emenda paralela

Em outro trecho de seu discurso, Serys assinalou que a proposta de emenda paralela à reforma da Previdência contém alguns avanços que favorecem os trabalhadores, embora não seja o texto ideal. Para ela, o Congresso deve fazer todo o esforço para aprovar a PEC, “sob pena de a gente ficar com mais esse débito junto aos trabalhadores”.

A senadora pediu a transcrição, nos Anais do Senado, da íntegra de seu pronunciamento sobre o Dia Mundial de Luta contra a Aids (1º de dezembro) e registrou projeto de lei de sua autoria que define os crimes resultantes de discriminação ao portador do vírus HIV ou ao doente de Aids.

Venda de órgão humano preocupa Tuma

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) ocupou ontem a tribuna para manifestar a sua profunda preocupação com a descoberta, pela Polícia Federal, de um esquema de tráfico de órgãos humanos em Pernambuco. Ele elogiou o trabalho de investigação realizado e atribuiu a venda de órgãos à miséria.

– Iam buscar essas pessoas nas regiões mais pobres do estado. Isso é o que se sabe, porque se descobriu em Pernambuco por meio de trabalho eficiente. Em outros estados, será que isso não está acontecendo? A pessoa está vendendo parte de seu corpo para poder sobreviver ou fazer com que sua família sobreviva. É preciso não ficar só no aspecto policial, porque a massa da população mais miserável é relegada a um segundo plano na assistência so-



ORIENTAÇÃO Pessoa que vende órgão pode denunciar quadrilha, afirma Romeu Tuma

cial de que precisa. A pessoa acaba entrando num caminho e pode, ainda por cima, ser indiciada e ir para cadeia.

Na opinião de Romeu Tuma, o delegado tem de analisar o caso também sob esse prisma e usar as pessoas que venderam seus próprios órgãos como testemunhas para denunciar a quadrilha envolvida com esse

tipo de tráfico.

O senador registrou ter recebido carta de uma senhora que o criticava porque ele teria votado contra compromisso que assumiu em público perante várias categorias de servidores públicos, inclusive as da Receita e da Polícia Federal. Um tablôide em São Paulo, contou, teria publicado que Tuma havia votado contra a senadora Heloísa Helena (PT-AL).

– Queria que ela confirmasse que não foi assim. Já fiz a carta, e a pessoa pediu desculpas porque foi induzida a erro pela maldade de alguém – relatou.

A senadora Heloísa Helena pediu a palavra em seguida para registrar o esforço de Tuma, que, “apesar de pressionado, honrou os seus cabelos brancos e resistiu bravamente nesta Casa, votando contra a reforma da Previdência”.

Ministério Público dos estados

Acre
Tel: 0800-902078
www.mp.ac.gov.br

Amapá
Tel: (96) 223-4143
www.mp.ap.gov.br

Amazonas
Tel: 0800-920500
www.mp.am.gov.br

Alagoas
Tel: (82) 336-6060
www.mp.al.gov.br

Bahia
Tel: (71) 324-6400
www.mp.ba.gov.br

Ceará
Tel: (85) 452-3755
www.pgj.ce.gov.br

Distrito Federal
Tel: (61) 343-950
www.mpdf.gov.br

Espírito Santo
Tel: (27) 3224-4500
www.mp.es.gov.br

Goiás
Tel: (62) 251-7535
www.mp.go.gov.br

Maranhão
Tel: (98) 219-1600
www.pgj.ma.gov.br

Minas Gerais
Tel: (31) 3330-8100
www.mp.mg.gov.br

Mato Grosso
Tel: 0800-6471700
www.mp.mt.gov.br

Mato Grosso do Sul
Tel: (67) 320-2000
www.mp.ms.gov.br

Pará
Tel: (91) 210-3400
www.mp.pa.gov.br

Paraíba
Tel: (83) 218-6000
www.pgj.pb.gov.br

Pernambuco
Tel: (81) 3303-1300
www.mp.pe.gov.br

Piauí
Tel: (86) 222-5566
www.mp.pi.gov.br

Paraná
Tel: (41) 419-5000
www.mp.pr.gov.br

Rio de Janeiro
Tel: (21) 2550-9050
www.mp.rj.gov.br

Rio Grande do Norte
Tel: (84) 232-7130
www.mp.rn.gov.br

Rio Grande do Sul
Tel: (51) 3224-8155
www.mp.rs.gov.br

Rondônia
Tel: (69) 216-3700
www.mp.ro.gov.br

Roraima
Tel: (95) 623-2388
www.mp.rr.gov.br

Santa Catarina
Tel: (48) 229-9000
www.mp.sc.gov.br

São Paulo
Tel: (11) 311-9000
www.mp.sp.gov.br

Sergipe
Tel: (79) 216-2400
www.mp.se.gov.br

Tocantins
Tel: (63) 218-3501
www.mp.to.gov.br

CIDADANIA ESPECIAL

Ano I – Nº 13 – Jornal do Senado – Brasília, sábado, 6 de dezembro de 2003

Acesso à Justiça é direito fundamental

O exercício da cidadania pressupõe amplo acesso à Justiça. Para o cidadão que não dispõe de recursos para pagar advogado ou custas dos processos foram criadas as defensorias públicas, atendendo o que estabelece a Constituição de 1988. Pela lei, é dever do Estado prestar, gratuitamente, assistência jurídica integral às pessoas carentes. A maioria dos estados já oferece esse serviço

– apenas Goiás, Paraíba, Santa Catarina e São Paulo ainda não instalaram defensoria. Mesmo assim, o número de profissionais para atender a demanda é muito pequeno. Há no país 2.852 defensores, e seria necessário quatro vezes mais, segundo a Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep).

Além das defensorias, o cidadão pode encontrar assistência jurídica gratuita nos juizados

especiais e nos escritórios-modelo das faculdades de Direito, entre outros órgãos. A presente edição do Especial Cidadania mostra os caminhos para facilitar o acesso à Justiça, divulgando ainda os telefones das defensorias e do ministério público dos estados.

A próxima edição tratará dos direitos do consumidor, mostrando onde reclamar e o que prevê a legislação.

Quem pode defender o cidadão

Defensoria Pública – é o órgão responsável pela prestação de assistência jurídica integral e gratuita, conforme estabelece a Constituição e a Lei Complementar nº 80/94. Todo cidadão que não dispõe, comprovadamente, de recursos financeiros para o pagamento de honorários advocatícios e custas processuais pode contar com o órgão. Trata-se de um direito fundamental, imposto ao Estado, sendo essencial à sua função jurisdicional. Também podem ser beneficiadas representações da sociedade civil, como associações de moradores.

Defensoria Pública da União – atua em todos os casos relacionados à esfera federal, como, por exemplo, crimes federais e revisões de benefícios previdenciários.

Ministério Público (MP) – a instituição atua em defesa dos interesses da sociedade, do regime democrático e da ordem jurídica. Qualquer cidadão pode procurar o ministério público em caso de violação de direitos ou atos ilícitos na administração pública. Instituição autônoma e independente, não faz parte do Poder Judiciário. Os integrantes do órgão, promotores e procuradores, são formados em Direito e selecionados por concurso público. Abrange o Ministério Público da União, que atua no âmbito federal,



DIREITO É dever do Estado garantir o acesso de todos os cidadãos à Justiça

por meio da Procuradoria da República dos estados, e o Ministério Público dos estados, que atua por meio da Procuradoria Geral de Justiça de cada ente da Federação.

Juizados Especiais – foram criados pela Justiça para resolver mais rapidamente e a baixo custo conflitos que envolvem causas mais simples das pessoas físicas. São aceitas aquelas que ficam em até 40 salários mínimos, sendo que a presença de advogado só é obrigatória a partir de 20 salários mínimos. O Juizado pode ser civil, criminal, comum ou federal, dependen-

do do assunto e das partes envolvidas na ação. Neles, há isenção de todas as custas e taxas processuais. É o recurso mais indicado quando, por exemplo, a causa envolve direitos do consumidor.

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – órgão representativo dos advogados, que está presente em todos os estados e em alguns municípios. Muitas dessas seccionais oferecem assistência judicial gratuita para os cidadãos carentes.

Faculdades de Direito – oferecem assistência jurídica gratuita nos escritórios-modelo de advocacia, que contam com a ajuda dos estudantes de Direito.

Advogado dativo – é o profissional indicado pela OAB ou por um juiz para representar o cidadão que não tem recursos para pagar um advogado.

Pro Bono – o advogado, como qualquer outro profissional, pode exercer suas atividades voluntariamente, de forma gratuita. Advogados que trabalham *pro bono* (para o bem) podem ser encontrados em associações voltadas para os pobres e Organizações Não-Governamentais (Ongs).

Assistência Jurídica gratuita

Defensoria Pública-Geral da União
Tel: (61) 429-3714
www.mj.gov.br/defensoria

Defensoria Pública do Acre
Tel: (68) 228-1312

Defensoria Pública de Alagoas
Tel: (82) 315-2782
www.defensoria.al.gov.br

Defensoria Pública do Amazonas
Tel: (92) 233-2087

Defensoria Pública do Amapá
Tel: (96) 212.8502

Defensoria Pública da Bahia
Tel: (71) 336-5507

Defensoria Pública do Ceará
Tel: (85) 488-9308
www.defensoriapublica.ce.gov.br

Defensoria Pública do Distrito Federal
Tel: (61) 342-1836 ou 342-1824
www.defensoria.df.gov.br

Defensoria Pública do Espírito Santo
Tel: (27) 3222-1744
www.defensoria.es.gov.br

Defensoria Pública do Maranhão
Tel: (98) 221-1343

Defensoria Pública de Mato Grosso
Tel: (65) 613-3400
www.defensoriapublica.mt.gov.br

Defensoria Pública do Mato Grosso do Sul
Tel: (67) 318-2500 ou 318-2501

Defensoria Pública de Minas Gerais
Tel: (31) 3335-4542

Defensoria Pública do Pará
Tel: (91) 255-0603

Defensoria Pública do Paraná
Tel: (41) 219-7342
www.pr.gov.br/dpp/

Defensoria Pública de Pernambuco
Tel: (81) 3221-7629

Defensoria Pública do Piauí
Tel: (86) 232-0350

Defensoria Pública do Rio de Janeiro
Tel: (21) 2299-2299
www.dpge.rj.gov.br

Defensoria Pública do Rio Grande do Norte
Tel: (84) 232.2750

Defensoria Pública do Rio Grande do Sul
Tel: (51) 3211-2233
www.dpe.rs.gov.br

Defensoria Pública de Rondônia
Tel: (69) 216-5051
www.defensoria.ro.gov.br

Defensoria Pública de Roraima
Tel: (95) 623-1949

Procuradoria de Assistência Judiciária de São Paulo
Tel: (11) 3105-5799
Informações: 0800-178989

Defensoria Pública de Sergipe
Tel: (79) 3179-7440
www.defensoria.se.gov.br

Defensoria Pública do Tocantins
Tel: (63) 218-2376

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza - art. 5º da Constituição